

Eólica Vento Energias Renováveis S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Eólica Vento Energias Renováveis S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos acionistas e Administradores da
Eólica Vento Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Vento Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Ênfase

Chamamos atenção a nota explicativa n.º 2.7 às demonstrações contábeis, que descrevem a mudança voluntária na política contábil de classificação de aplicações financeiras como equivalentes de caixa pela Companhia a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior e ao saldo de abertura do último exercício apresentado, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC 2SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Adilvo França Junior', written over a horizontal line.

Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA-021419/O

Eólica Vento Energias Renováveis S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	
		(Reapresentado)		
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	3	964	1.059	25.314
Contas a receber de clientes		1.773	1.960	1.894
Contas a receber de partes relacionadas		123	123	123
Estoques		267	84	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		690	467	-
Cauções e depósitos vinculados	4	1.852	1.006	-
Outros ativos		484	315	365
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		6.153	5.014	27.696
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Cauções e depósitos vinculados	4	39.218	30.941	3.394
Tributos diferidos		175	-	-
Outros ativos		271	-	-
Intangível, líquido		1.115	1.176	833
Imobilizado, líquido	5	57.470	62.176	70.446
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		98.249	94.293	74.673
TOTAL DO ATIVO		104.402	99.307	102.369
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores		1.043	1.001	216
Empréstimos e financiamentos	6	5.421	5.309	5.358
Contas a pagar partes relacionadas		-	-	240
Conta de ressarcimento	7	10.808	97	2.253
Passivo de arrendamento		-	67	139
Dividendos a pagar		88	-	-
Encargos setoriais		8	7	6
Imposto de renda e contribuição social a pagar		165	152	339
Outros tributos a pagar		229	103	70
Outras obrigações		624	19	63
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		18.386	6.755	8.684
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	6	29.598	34.682	39.433
Conta de ressarcimento	7	4.845	14.361	11.964
Passivo de arrendamento		-	2.705	2.561
Provisão para desmobilização		1.456	1.295	6.070
Tributos diferidos		-	196	-
Outras obrigações		61	233	-
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		35.960	53.472	60.028
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social subscrito e integralizado		43.309	42.899	42.899
Outros resultados abrangentes		(2.424)	(2.424)	(2.424)
Reserva de lucros		9.171	-	-
Prejuízos acumulados		-	(1.395)	(6.818)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	50.056	39.080	33.657
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		104.402	99.307	102.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Eólica Vento Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	9	20.011	17.196
Custo de produção e operação de energia	10	(7.956)	(8.578)
LUCRO BRUTO		12.055	8.618
Gerais e administrativas		(315)	(661)
Outras receitas (despesas) operacionais		(5)	(129)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(320)	(790)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		11.735	7.828
Receitas financeiras		4.555	3.687
Despesas financeiras		(4.745)	(4.553)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	11	(190)	(866)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		11.545	6.962
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.262)	(1.343)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		371	(196)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	12	(891)	(1.539)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		10.654	5.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Eólica Vento Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	10.654	5.423
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	10.654	5.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Eólica Vento Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Reserva de Lucros			Outros resultados abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		42.899	-	-	(2.424)	(6.818)	33.657
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.423	5.423
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8	42.899	-	-	(2.424)	(1.395)	39.080
Aumento de capital social		410	-	-	-	-	410
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.654	10.654
Constituição de reserva legal		-	463	-	-	(463)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	8.708	-	(8.708)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(88)	(88)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8	43.309	463	8.708	(2.424)	-	50.056

Eólica Vento Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2024	2023
			(Reapresentado)
Atividades operacionais:			
Lucro líquido do exercício		10.654	5.423
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	10	3.712	4.162
Atualização monetária sobre ressarcimento	11	338	(429)
Atualização da provisão para desmobilização	11	161	(231)
Juros sobre passivo de arrendamento	11	249	273
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	11	3.749	4.284
Tributos e contribuições sociais diferidos	12	(371)	196
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	4 e 11	(3.663)	(3.428)
		14.829	10.250
Variação de ativos e passivos operacionais		564	1.649
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(589)	(1.125)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	6	(3.258)	(3.576)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(249)	(273)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades operacionais		11.297	6.925
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(824)	(482)
(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados		(10)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de investimentos		(834)	(482)
Atividades de financiamentos:			
Aumento de capital	8	410	-
Pagamentos de passivo de arrendamento (principal)		(55)	(65)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	6	(5.463)	(5.501)
Custo de empréstimos e financiamentos (custo de transação e prêmios)	6	-	(7)
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento		(5.450)	(25.125)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de financiamentos		(10.558)	(30.698)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		1.059	25.314
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		964	1.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Eólica Vento Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), com sede na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída com o objetivo específico de geração e comercialização de energia elétrica, a partir de fonte eólica; além da implantação, administração e operação de centrais geradoras no estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia é controlada diretamente pela REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e indiretamente pela Auren Participações S.A. (anteriormente denominada AES Brasil Energia S.A.) e pela Auren Energia S.A.

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Fontes Alternativas (“LFA”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME/ANEEL	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Cassino I (Vento)	02ºLFA/2010	153/2011	03/11/2011	03/02/2046	35 anos	2015	11	22,0	8,1

Comercialização de energia

Em 03 de novembro de 2011, a Companhia assinou o contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com as respectivas distribuidoras de energia, por meio do qual, venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada, por um prazo de 20 (vinte) anos, a partir de 1º de janeiro de 2013.

Parque Gerador	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Cassino I (Vento)	02ºLFA/2010	Distribuidoras	77.964	310,29	jan/13	dez/32	IPCA	Novembro

1.1 Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora indireta AES Brasil Energia S.A. (“AES Brasil”) comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. (“Auren”) e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças (“Transação”) por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 28 de abril de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS- -Continuação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis de R\$12.233 (R\$1.741 em 31 de dezembro de 2023), está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e assim dar continuidade a seus negócios no futuro, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista.

Adicionalmente, apesar do risco de *constrained-off* mencionado na nota 13.2 (c.2), a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- -Continuação

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024-- Continuação

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Alteração
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

2.7 Revisão de política contábil

A Companhia, objetivando alinhamento com o Grupo Auren após a transação de combinação de negócios, procedeu a revisão da sua política contábil relativa à classificação de aplicações financeiras de curto prazo como equivalentes de caixa. A Companhia avaliou que o referido alinhamento resulta em informação mais relevante para os usuários das suas demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia julga que a nova prática contábil é melhor que a anteriormente adotada, por ser mais aderente à prática adotada por outras companhias abertas.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS--Continuação

2.7 Revisão de política contábil--Continuação

As aplicações financeiras de curto prazo da Companhia vinham sendo classificadas de acordo com o prazo de vencimento, na data de sua aquisição. Dessa forma, apenas as aplicações com prazos de vencimento iguais ou menores que 90 dias eram classificadas como equivalentes de caixa, visto que esse é o indicado no IAS 7/CPC 03, e tal diretriz está alinhada com a política e estratégia de gerenciamento de caixa do acionista anterior. Aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias eram classificadas como investimentos de curto prazo. A Companhia analisou a movimentação dos seus investimentos de curto prazo e concluiu que as aplicações financeiras, representadas por CDBs e operações compromissadas, ainda que com prazo de contratação superior a 90 dias, podem ser resgatadas dentro de 90 dias, conforme seus compromissos de curtíssimo prazo, sem perda de valor em caso de resgate antecipado, ou seja, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, atingindo assim a definição de equivalente de caixa. Adicionalmente, o Grupo Auren gerencia o seu caixa considerando tais aplicações financeiras como parte da disponibilidade imediata, diferente do acionista anterior.

Dessa forma, a Companhia voluntariamente reclassificou as para equivalentes de caixa as aplicações financeiras cujo prazo de vencimento é superior a 90 dias, porém não possuem risco de perda de valor caso o resgate ocorra em data anterior ao vencimento, e que anteriormente estavam classificadas como investimentos de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2023 foi reclassificado o valor de R\$732, da rubrica de “investimento de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa”, conforme demonstrado a seguir:

31/12/2023	Original	Reclassificação	Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	327	732	1.059
Investimentos de curto prazo	732	(732)	-
Contas a receber de clientes	1.960	-	1.960
Contas a receber de partes relacionadas	123	-	123
Estoques	84	-	84
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	467	-	467
Cauções e depósitos vinculados	1.006	-	1.006
Outros ativos	315	-	315
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	5.014	-	5.014
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Cauções e depósitos vinculados	30.941	-	30.941
Intangível, líquido	1.176	-	1.176
Imobilizado, líquido	62.176	-	62.176
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	94.293	-	94.293
TOTAL ATIVO	99.307	-	99.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 no grupo “Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais” foi reclassificado o valor de R\$182, da rubrica de “Receita aplicação financeira em investimento curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa”. Na mesma data, no grupo “Variação dos ativos e passivos operacionais” foi reclassificado o valor de R\$5, da rubrica de “Juros resgatados de investimentos de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa” foi reclassificado o valor de R\$(199), da rubrica de “(Aplicação) resgates em investimentos de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa” foi reclassificado o valor de R\$744, conforme demonstrado a seguir:

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS--Continuação

2.7 Revisão de política contábil--Continuação

31/12/2023	Original	Reclassificação	Reapresentado
Atividades operacionais:			
Lucro líquido do exercício	5.423	-	5.423
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	4.162	-	4.162
Atualização monetária sobre ressarcimento	(429)	-	(429)
Atualização da provisão para desmobilização	(231)	-	(231)
Juros sobre passivo de arrendamento	273	-	273
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	4.284	-	4.284
Tributos e contribuições sociais diferidos	196	-	196
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(182)	182	-
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	(3.428)	-	(3.428)
	10.068	182	10.250
Varição de ativos e passivos operacionais	1.644	5	1.649
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	199	(199)	-
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	(744)	744	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.125)	-	(1.125)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	(3.576)	-	(3.576)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	(273)	-	(273)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades operacionais	6.193	732	6.925
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(482)	-	(482)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de investimentos	(482)	-	(482)
Atividades de financiamentos:			
Pagamentos de passivo de arrendamento (principal)	(65)	-	(65)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(5.501)	-	(5.501)
Custo de empréstimos e financiamentos (custo de transação e prêmios)	(7)	-	(7)
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	(25.125)	-	(25.125)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de financiamentos	(30.698)	-	(30.698)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	25.314	-	25.314
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	327	732	1.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível) estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. Os Certificados de Depósitos Bancários e Operações compromissadas são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
			(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa			
Numerário disponível	964	327	4.173
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	-	732	21.141
Total	964	1.059	25.314

Os Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas em 31 de dezembro de 2024, possuem liquidez diária e rentabilidade média de 100,41% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (101,40% em 31 de dezembro de 2023).

4 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	2024	2023
CIRCULANTE		
Garantias de financiamento (i)	1.852	1.006
Subtotal	1.852	1.006
NÃO CIRCULANTE		
Garantias de financiamento (i)	39.177	30.912
Depósitos vinculados	41	29
Subtotal	39.218	30.941
Total	41.070	31.947

- (i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívidas da Companhia.

A movimentação das cauções e dos depósitos vinculados para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Movimentação
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.394
Adições	37.755
Atualização monetária	3.428
Baixas e resgates	(12.630)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	31.947
Adições	24.376
Atualização monetária	3.663
Baixas e resgates	(18.916)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	41.070

5 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

5 IMOBILIZADO--Continuação

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2024			2023
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,56%	18.722	(8.466)	10.256
Máquinas e equipamentos	3,61%	89.592	(43.435)	46.157
Móveis e utensílios e outros	6,25%	62	(33)	29
Imobilizado em serviço		108.376	(51.934)	56.442
Imobilizado em curso (i)		1.028	-	1.028
Bens vinculados às concessões e autorizações		109.404	(51.934)	57.470
Direito de uso de terreno arrendado		-	-	1.971
Total		109.404	(51.934)	62.176

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração (i)	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Edificações, obras civis e benfeitorias	18.722	-	-	-	18.722
Máquinas e equipamentos	89.603	-	-	(11)	89.592
Móveis e utensílios	62	-	-	-	62
Imobilizado em curso	193	824	-	11	1.028
Direito de uso de terreno arrendado	2.849	-	(2.849)	-	-
Subtotal	111.429	824	(2.849)	-	109.404
Depreciação/Amortização	(49.253)	(3.671)	979	11	(51.934)
Total líquido	62.176	(2.847)	(1.870)	11	57.470

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Provisão para desmobilização	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	30.803	-	-	-	(12.081)	18.722
Máquinas e equipamentos	82.719	-	-	(5.842)	12.726	89.603
Móveis e utensílios	1	-	-	-	61	62
Imobilizado em curso	231	95	-	-	(133)	193
Direito de uso de terreno arrendado	2.746	-	103	-	-	2.849
Subtotal	116.500	95	103	(5.842)	573	111.429
Depreciação/Amortização	(46.054)	(4.118)	(379)	1.298	-	(49.253)
Total líquido	70.446	(4.023)	(276)	(4.544)	573	62.176

- (i) A Companhia objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento, concluindo pela remensuração da estimativa contábil daquelas que possuem contraprestação variável. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

5 IMOBILIZADO--Continuação

(b) Movimentação do ativo imobilizado--Continuação

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

6 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	31/12/2024							Total circulante + não circulante
	Circulante				Não Circulante			
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	
Empréstimos e Financiamentos BNDES	5.578	120	(277)	5.421	31.142	(1.544)	29.598	35.019
Subtotal	5.578	120	(277)	5.421	31.142	(1.544)	29.598	35.019
Total da dívida	5.578	120	(277)	5.421	31.142	(1.544)	29.598	35.019

	31/12/2023							Total circulante + não circulante
	Circulante				Não Circulante			
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	
Empréstimos e Financiamentos BNDES	5.440	146	(277)	5.309	36.503	(1.821)	34.682	39.991
Subtotal	5.440	146	(277)	5.309	36.503	(1.821)	34.682	39.991
Total da dívida	5.440	146	(277)	5.309	36.503	(1.821)	34.682	39.991

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	44.791
Encargos financeiros	3.498
Variação monetária	502
Pagamento de principal	(5.501)
Pagamento de encargos financeiros	(3.576)
Diferimento custos de transação	(7)
Amortização custos de transação	284
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	39.991
Ingressos	-
Encargos financeiros	3.146
Variação monetária	327
Pagamento de principal	(5.463)
Pagamento de encargos financeiros	(3.258)
Diferimento custos de transação	-
Amortização custos de transação	276
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	35.019

6 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS--Continuação

Características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante	Vencimento	Covenants	Finalidade
Empréstimo - BNDES	74.196	Dezembro de 2014	TJLP + 2,18%	Mensal	Mensal	35.019	Julho de 2032	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: $\geq 1,3x$	Financiamento dos parques do Complexo Eólico Cassino

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Empréstimos e financiamentos	Custos de transação	Total
2026	5.578	(277)	5.301
2027	5.578	(277)	5.301
2028	5.578	(277)	5.301
2029	5.578	(277)	5.301
2030	5.578	(277)	5.301
2031 em diante	3.252	(159)	3.093
	31.142	(1.544)	29.598

7 CONTA DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia Nova celebrados entre a Companhia e a CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre o PLD médio do ano em referência e a receita fixa unitária, conforme expresso no referido contrato.
- Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância (até – 10% de geração) serão valorados ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio em referência e a receita fixa unitária e pagos em 12 parcelas, iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.
- A energia gerada acima da energia contratada, ou seja, por desvios positivos, (30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) de geração é liquidada no mercado de curto prazo, valorados ao PLD mensal e serão recebidos mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

7 CONTA DE RESSARCIMENTO--Continuação

	2024	2023
Passivo circulante		
Conta de ressarcimento	10.808	97
Passivo não circulante		
Conta de ressarcimento	4.845	14.361
Total passivo	15.653	14.458

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Movimentação
Saldos em 31 de dezembro de 2022	14.217
Adição/Reversão	4.769
Amortização	(4.528)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14.458
Adição/Reversão	3.332
Amortização	(2.475)
Atualização monetária	338
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.653

Cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas

Os eventos de Constrained-off ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de c-off de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período "provisório" do c-off eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período "provisório" do c-off.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes aos ressarcimentos do período "definitivo" do c-off eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$43.309 (R\$42.899 em 31 de dezembro de 2023), representado por 3.362.364 (2.952.364 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Aumento de capital

Em 31 de setembro de 2024, foi realizado um aumento de capital da Companhia no montante de R\$410, dividido em 410.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174. Dessa forma, o capital passou a ser de R\$70.627, representado por 70.627.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

8.2 Reserva de Lucros

Reserva legal

A Companhia constitui reserva de lucros por meio da destinação de 5% do lucro do exercício para reserva legal, sendo o total da reserva limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei. A reserva legal poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2024, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$463.

Reserva de investimentos

Para atender à projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei nº 6.404/76. Essa retenção deverá ser justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu uma reserva de investimentos no montante de R\$8.708.

8.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia distribuiu R\$88 a título de dividendos mínimos obrigatórios.

9 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

9 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA--Continuação

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. O controle da energia elétrica é obtido a partir do momento que a Companhia transfere a energia elétrica ao cliente. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Fontes Alternativas (LFA)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor do contrato a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	2024	2023
Contratos de energia eólicos	22.426	19.391
Ressarcimento de energia	(901)	(445)
Mercado de curto prazo	480	503
Receita operacional bruta	22.005	19.449
(-) PIS e COFINS	(341)	(1.056)
(-) ICMS	(1.653)	(1.197)
Receita operacional líquida	20.011	17.196

10 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2024	2023
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos bilaterais	-	(423)
Contratos com partes relacionadas	(492)	(516)
Mercado de curto prazo	(11)	-
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(848)	(1.032)
Taxa de fiscalização ANEEL	(100)	(94)
Outros custos operacionais	1	92
Subtotal	(1.450)	(1.973)
Custo da operação		
Pessoal e administradores	-	-
Serviços de terceiros	(2.227)	(1.940)
Material	(11)	(91)
Depreciação e amortização	(3.712)	(4.162)
Seguros	(565)	(345)
Arrendamentos e aluguéis	11	(65)
Contribuições setoriais	(2)	(2)
Outras receitas (custos) operacionais	-	-
Subtotal	(6.506)	(6.605)
Total	(7.956)	(8.578)

11 RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	37	258
Renda de cauções e depósitos judiciais	3.663	3.428
Outras receitas financeiras	855	1
Subtotal	4.555	3.687
Despesas financeiras		
Encargos financeiros de dívidas	(3.422)	(3.782)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	(327)	(502)
Juros sobre arrendamento	(249)	(273)
Atualização provisão desmobilização	(161)	231
Atualização ressarcimento	(338)	429
Outras despesas financeiras	(248)	(656)
Subtotal	(4.745)	(4.553)
Total	(190)	(866)

12 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime caixa.

No regime de lucro presumido adotado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

12 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL--Continuação

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
IRPJ/CSLL				
Receita operacional tributável	20.002	20.002	22.560	22.560
Alíquota lucro presumido	8%	12%	8%	12%
Receita presumida	1.600	2.400	1.805	2.707
Outras receitas	1.967	1.967	1.977	1.977
Base de cálculo	3.567	4.367	3.782	4.684
Alíquota:	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(535)	(393)	(567)	(422)
Adicional (10%)	(334)	-	(354)	-
Outros ajustes	(9)	9	-	-
IRPJ e CSLL corrente	(878)	(384)	(921)	(422)
IRPJ e CSLL diferido	241	130	(127)	(69)
Total tributos no resultado	(637)	(254)	(1.048)	(491)

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

13.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2024		2023		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	964	964	327	327	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (CDBs e Operações Compromissadas)	3	-	-	732	732	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		1.773	1.773	1.960	1.960	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	4	41.070	41.070	31.947	31.947	Custo amortizado
Total		43.807	43.807	34.966	34.966	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		1.043	1.043	1.001	1.001	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	6	35.019	35.019	39.991	39.991	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	7	15.653	15.653	14.458	14.458	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		-	-	2.772	2.772	Custo amortizado
Dividendos a pagar		88	88	-	-	Custo amortizado
Total		51.803	51.803	58.222	58.222	

13.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

13.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e cauções e depósitos vinculados.

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	964	1.059
Contas a receber de clientes	1.773	1.960
Cauções e depósitos vinculados	41.070	31.947
Total	43.807	34.966

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

13.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.2) Risco de gerenciamento de capital--Continuação

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	35.019	39.991
Caixa e equivalentes de caixa	(964)	(1.059)
Garantias de financiamento	(41.029)	(31.918)
Dívida líquida	(6.974)	7.014
Patrimônio líquido	50.056	39.080
Dívida líquida / Patrimônio líquido	-13,93%	17,95%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Empréstimos e financiamentos” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, as informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	1.043	-	-	-	-	1.043	1.001
Empréstimos e financiamentos	2.121	6.252	15.848	21.275	3.756	49.252	55.767
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	-	2.869
Dividendos a pagar	-	88	-	-	-	88	-
Total	3.164	6.340	15.848	21.275	3.756	50.383	59.637

(b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos remunerados pela variação da TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é:

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

13.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.4) Riscos de taxas de juros--Continuação

	2024	2023
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	-	732
Empréstimos e financiamentos	(36.840)	(42.089)
Total	(36.840)	(41.357)

O montante de empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao TJLP e não contemplam os saldos de custos de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo de exposição, visto que não há risco de oscilação devido às mudanças nas taxas de juro de mercado.

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e TJLP para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% do ressarcimento e dívidas.

Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(15.653)	(391)	(587)	(783)	(978)	(1.174)
Impacto no resultado			(391)	(587)	(783)	(978)	(1.174)
Total da exposição líquida			(391)	(587)	(783)	(978)	(1.174)

Dívidas	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
TJLP			4,38%	6,56%	8,75%	10,94%	13,13%
Empréstimos e Financiamentos - BNB	TJLP	(36.840)	(2.452)	(3.273)	(4.097)	(4.921)	(5.746)
Impacto no resultado			(2.452)	(3.273)	(4.097)	(4.921)	(5.746)
Total da exposição líquida			(2.452)	(3.273)	(4.097)	(4.921)	(5.746)

Os montantes relacionados às dívidas apresentados na tabela acima não contemplam os saldos de custos de transação.

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2024 (vide nota explicativa nº 9).

A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia e suas controladas.

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

13.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O constrained-off é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de constrained-off de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do constrained-off eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do constrained-off.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo” do constrained-off eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

13.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

Constrained-off de usinas eólicas--Continuação

Para as usinas de fonte solar, a ANEEL aprovou em setembro de 2024 a Resolução Normativa nº 1.073/2023, que estabelece os procedimentos e os critérios para apuração e pagamento de restrições da operação de usinas solares fotovoltaicas por constrained-off.

Assim como no caso das eólicas, a regulação da ANEEL limita o pagamento da compensação aos geradores às situações classificadas como “Razão de indisponibilidade externa”. O gerador assume o risco até um limite temporal regulatório em que o evento é considerado ordinário. Essa “franquia” é considerada metade da franquia calculada para as usinas eólicas, considerando que o período de geração da fonte solar se aproxima a metade das horas de um dia. Atualmente de 41 horas e 30 minutos por ano para a fonte solar.

Esta regra passou a valer de forma definitiva a partir de março de 2024 e espera-se uma demora no processamento e efeitos econômicos e financeiros devido a necessidade de aprovação das regras de comercialização que detalham o processo operacional realizado pela CCEE, pendente de abertura de nova Consulta Pública pela ANEEL.

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ajuizaram ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por constrained-off e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subsequentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

Diante de tal contexto, o ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por constrained-off para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021 seguem suspensos até que tais providências sejam definidas pelos órgãos responsáveis. Eventuais recontabilizações de períodos anteriores podem ocorrer a depender das movimentações da ação judicial em curso.